

AJUDA MEMÓRIA

REUNIÃO PARA DISCUTIR A RENOVAÇÃO DA OUTORGA DO SISTEMA CANTAREIRA – Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo – Departamento de Águas e Energia Elétrica – Dae e Agência Nacional de Águas - ANA

DATA: 16/12/2013

LOCAL: Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo

Objetivo: apresentar e esclarecer dúvidas sobre a Proposta Guia para Renovação da Outorga do Sistema Cantareira

Abertura: O Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos – Edson de Oliveira Giriboni - abriu a reunião e passou a palavra ao Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – Vicente Andreu

Vicente Andreu

- A proposta guia buscou incorporar, na medida do possível, as propostas recebidas.
- Resolução Conjunta - Avanço em relação à 2004 em relação ao ato somente do DAEE. Demonstra um entendimento técnico entre os dois órgãos, interação federativa
- Alocação de água e o fortalecimento do instrumento da outorga (natureza técnica) com a legitimação política. Como instrumento técnico não pode incorporar obrigações que não estejam sob a governabilidade do usuário outorgado (SABESP) e que não estejam relacionadas ao uso.
- Aproveitar o momento político para fazer termos de compromissos, aos quais a outorga deverá fazer referência.
- Até 22 de março o processo deverá se focar para viabilizar os atos administrativos da outorga e em seguida na discussão dos termos de compromisso, no que for possível fazer até a finalização em agosto.
- Devemos buscar sempre o maior prazo possível para as outorgas, a agência tem por princípio dar outorgas de longo prazo. Porém nesse processo, em função de incertezas quanto a efetivação da construção das barragens, e a opção foi por uma outorga de 10 anos.
- A continuidade do processo tem pequena margem para recolocar questões já postas e é mais um tempo para propostas de novos arranjos e propostas. O momento atual é de apresentar melhorias as duas propostas guia.
- Minas Gerais pode, ainda, questionar a decisão tomada pela Agência, que foi baseada no consumo real e no consumo projetado para a bacia. Nesse caso temos um processo a ser concluído.
- Consolidação por meio de Audiências Públicas, e reuniões demandadas pelos entes do sistema. A proposta é para que as audiências sejam realizadas na primeira quinzena de fevereiro, uma na bacia do PCJ e uma no Alto Tietê, coordenadas pelos órgãos gestores. Regras serão utilizadas para evitar a subjetividade.
- Será necessário o apoio e a manifestação dos Comitês e MP para definições logísticas.
- Poderá ser realizada também uma audiência pública em MG.
- Validade da outorga manterá a garantia de dez anos de prazo a partir de agosto. Assinar a outorga no dia mundial da água com validade a partir de agosto. Os termos de compromisso se seguiriam.
- Ideia da reunião de hoje é fazer esclarecimentos técnicos sobre a proposta de outorga.

Apresentações Proposta Guia - ANA

- Foram feitas duas apresentações, uma pelo Superintendente Adjunto de Regulação da ANA, Patrick Thomas, referente à minuta de resolução conjunta de outorga. E outra pelo Superintendente de Usos Múltiplos, Joaquim Gondim, referente à minuta de resolução conjunta sobre a operação de reservatórios.

Debates

Dilma Pena - Sabesp

- Questionamento da sobre os termos da condicionante na proposta guia, referente a tratamento de esgoto, pois entende que a ANA e o Daee já têm essas informações.

Alexandra - Promotora MP

- Como desvincular essa outorga da questão do aumento da disponibilidade hídrica? É necessário estabelecer uma agenda para o compromisso das barragens.

Ivan Carneiro - Promotor do MP

- Argumentou em cima dos seguintes temas da Lei de Recursos Hídricos.
- Objetivos: Controle quanti e qualitativo dos recursos hídricos.
- Gestão integrada meio ambiente e recursos hídricos.
- Prioridade estabelecida nos planos de recursos hídricos.

Leila Gomes - Daee

- Fez uma explicação sobre a aplicação da política de recursos hídricos, considerando a aplicação de cada instrumento. E ressaltou que as questões da qualidade da água na outorga, é incorporada pelo instrumento enquadramento e que diversas propostas feitas pelos Comitês PCJ para condicionantes, como por exemplo, recarga de aquíferos, reflorestamento envolvendo recuperação de mananciais, são questões a serem resolvidas no âmbito de ações do Plano de Bacia, não no instrumento Outorga, que por definição, diz respeito, as questões diretamente relacionadas a disponibilidade hídrica.

Francisco Brito - Presidente CBH-AT

- Não se deve desvincular outorga do termo de compromisso

Geral

Muitos foram enfáticos em afirmar que a construção das barragens e a construção dos demais termos de compromisso, é importante. A proposta foi de concluir o termo de compromisso primeiro. Seria somente uma questão de compatibilizar as agendas.

Edson Giriboni – Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos

-O EIA e o Projeto Executivo das barragens já estão sendo contratados.

Alexandra - Promotora MP

- A outorga não pode vir dissociada do termo de compromisso
- Porque a vazão adicional de 2 m³/s não foi alocada como demanda primária para o PCJ?
- Não esta sendo contemplada a redução absoluta do Sistema Cantareira, ao contrário, esta aumentando a demanda primária.
- Nessa proposta guia, questiona a condicionante de redução de perdas, que fala em apresentação de um plano. Em que tempo isso será executado?
- Fazer uma proporcionalidade do primário e secundária conforme o uso, tanto para o PCJ quanto a Sabesp

Joaquim Gondim - ANA

- explicou novamente como a incorporação do reservatório Paiva Castro, muda o referencial do sistema e os percentuais das demandas primária e secundária são mantidos.
- quanto a proposta do MP em fazer uma proporcionalidade do primário e secundária conforme o uso, tanto para o PCJ quanto a Sabesp, mostrou, novamente, que o valor da Sabesp aumentaria, uma vez que o referencial não é mais o túnel 5 e sim a captação no Paiva Castro.
- Pq o teto do banco de águas não foi fixado de forma proporcional?

-
- Explicação da formação da reserva estratégica.

Encaminhamentos

- Realização de duas audiências públicas no PCJ e AT, na primeira quinzena de fevereiro. E outra possível em MG.
- Os Comitês deverão apresentar proposta de termo de compromisso até 28 de fevereiro.
- Calendário técnico - Indicação de técnicos pelos comitês para discussão da proposta dos números da outorga.